



Catálogo da Exposição

Mação, 2022

# VALE DO JUNCO E O PASSADO ROMANO NO TERRITÓRIO DE MAÇÃO

Núcleo Museológico de Ortiga

Coordenação de Fernando A. Coimbra

**Textos** *Vasco Estrela*  
*Fernando Coimbra*  
*José d'Encarnação*  
*Luiz Oosterbeek*  
*Rogério Carvalho*

**Coordenação** *Fernando Coimbra*

**Museografia** *Luiz Oosterbeek*  
*Fernando Coimbra*

**Fotografia** *António Ventura*  
*Gonçalo Figueiredo*

**Design Editorial e Edição de Imagem** *Joana Gerardo Rey*

**Cartografia** *Rita Anastácio*

**Organização, Conservação,  
Inventário e Difusão** *Anabela B. Pereira*  
*Fernando Coimbra*  
*Ana Parente*  
*Hugo Gomes*  
*Isabel Afonso*  
*Luiz Oosterbeek*  
*Margarida Pacheco*  
*Pedro Cura*  
*Rita F. Anastácio*  
*Rodrigo Santos*  
*Sandra Alexandre*  
*Sara Garcês*

**Comissão Científica** *Davide Delfino*  
*Fernando Coimbra*  
*Hugo Gomes*  
*José d'Encarnação*  
*Luiz Oosterbeek*  
*Mário Antas*  
*Rita F. Anastácio*  
*Sara Garcês*

## ÍNDICE

- 8      **PREFÁCIO**
- 9      **DINÂMICAS DE POVOAMENTO: NAS ORIGENS DA  
RELAÇÃO ENTRE ESPAÇOS URBANOS E O MUNDO RURAL**
- 14     **A RELEMBRAR ESSE PASSADO ROMANO**
- 18     **VALE DE JUNCO REVISITADO**
- 20     **INTRODUÇÃO**
- 24     **AGRICULTURA**
- 32     **TECELAGEM**
- 38     **CERÂMICA**
- 46     **METALURGIA**
- 54     **O COMÉRCIO**
- 60     **MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO**
- 68     **ALIMENTAÇÃO**
- 72     **EQUIPAMENTO MILITAR**
- 76     **AS ARTES**
- 82     **EPIGRAFIA E RELIGIÃO**
- 90     **CRENDICES E SUPERSTIÇÕES**
- 94     **GLOSSÁRIO**
- 98     **PARA SABER MAIS...**
- 100    **AGRADECIMENTOS**

**A RELEMBRAR ESSE  
PASSADO ROMANO**

## JOSÉ D'ENCARNAÇÃO<sup>3</sup>

3—Professor Catedrático  
jubilado da Faculdade de Letras  
da Universidade de Coimbra

Propôs-me Fernando Coimbra que escrevesse, para este catálogo, umas linhas subordinadas ao tema «Romanização do Centro de Portugal e a importância de retomar este tipo de estudos em Mação».

Começo pela retoma. Desde a exaustiva monografia de Maria Amélia Horta Pereira, datada do bem longínquo ano de 1970, que se não levava a peito uma revisão do que se conhecia e a actualização dos dados existentes. Certo é que, na altura em que Rogério de Carvalho assumiu, em Castelo Branco, funções de responsabilidade oficial, a nível da Arqueologia e do Património, Mação atraiu de novo as atenções e, por exemplo, Vale do Junco foi dos sítios intervencionados, com resultados surpreendentes; não houve, porém, continuidade e já tivemos ocasião de mostrar que a singularidade dos vestígios se não compadece com intervenções esporádicas: uma acção continuada se há-de requerer.

É vasto, como se compreende, o tema «Romanização do Centro de Portugal», querendo, porventura, significar-se por «Centro» o território entre o Tejo e o Douro, ou seja, em termos administrativos romanos, o *conventus Scallabitanus*, com inclusão no *conventus Emeritensis* de boa parte da região da antiga província da Beira Baixa, *grosso modo* o actual distrito de Castelo Branco, dadas as estreitas relações documentadas entre a capital da Lusitânia, *Emerita Augusta*, e, por exemplo, a *civitas Igaeditanorum*.

Não se compadece, pois, com o teor de uma ‘apresentação’ essa tentativa, mesmo que assaz generalizada, atendendo, inclusive, ao facto de as investigações mais recentes — nomeadamente no domínio da documentação epigráfica — estarem a fornecer, de um momento para o outro, novas perspectivas. Quem pensaria, há uma década, que poderia vir a encontrar-se em Viseu o altar fundacional da cidade romana? Que insuspeitados horizontes poderá abrir a descoberta, nessa mesma cidade, de uma inscrição monumental do tempo do imperador Augusto?

Permita-se-me, por conseguinte, que me cinja a duas ou três observações que se me antojam significativas acerca desta zona que bordeja o rio Tejo.

O *aurifer Tagus*, em primeiro lugar. Sobejamente conhecido o facto de, no seu leito e terrenos circunstantes,

se encontrarem pepitas, que lhe valeram o nome por que os antigos o designaram: o «Tejo aurífero». Mais, de facto, no distrito de Castelo Branco; mas dois topónimos junto à foz (Almada, que, em árabe, significa ‘a mina’, e Oeiras, possivelmente por serem *aurarias*, ricas em ouro, as areias das suas margens) também dão a entender que todo o seu percurso se desdobraria numa generosidade apetecível. São bem conhecidas as áreas de exploração mineira romana mais salientes e dessa intensa actividade constitui prova cabal o agradecimento feito a Júpiter Óptimo Máximo, gravado numa inscrição, pelo egitaniense Tibério Cláudio Rufo, por ter descoberto avultada porção de ouro. Depois, a ideia de ‘rio’ como ‘fronteira’. É-o, do ponto de vista físico, e fácil de utilizar como fronteira político-administrativa. Daí que o Tejo se considere o limite entre os *conventus Pacensis* e *Scallabitanus*. Fronteira política não significa, no entanto, fronteira social. Na verdade, a onomástica patente nas epígrafes mostra que há uma continuidade cultural entre as duas margens, os actuais distritos de Castelo Branco e Portalegre. Na onomástica e nos cultos indígenas.

A importância da *civitas Igaeditanorum* tem sido ultimamente salientada pelo recrudescer do interesse que o seu invulgar espólio vem despertando em variadas equipas de investigação. A cidade em si e o seu território. A reflexão em torno, por exemplo, da palavra *campus*, de larga conotação política, numa inscrição de Meimoa (Penamacor), que consigna a sua consagração no reinado do imperador Trajano, trará, certamente, outras perspectivas de análise, mormente porque a *colonia* de *Scallabis*, pela sua localização, continua envolvida numa tónica militar.

Não descurará a investigação o papel de *Sellium* (Tomar) nem a estratégia patente na construção das pontes de Alcântara e de Segura. E nesse quadro certamente se dará maior importância ao *iusiurandum Aritiensium*, gravado na placa de bronze encontrada, em 1659, nas areias da ribeira da Lampreia, próximo da sua confluência com o Tejo, na freguesia de Alvega, onde, segundo os primeiros relatos, «eram então visíveis vestígios de edificações antigas». Reza o texto que, a 11 de Maio do ano 37, perante o legado da Lusitânia, os Aricienses prestaram juramento de fidelidade ao imperador Calígula. Sabemos que esse costume do juramento vinha do tempo de Augusto, na

altura em que um imperador subia ao trono; todavia, o facto de os Aricienses o terem mandado gravar num documento a ser afixado em lugar público é prova de que não apenas *Aritium Vetus* se revestia de importância excepcional, mas que toda a região envolvente estava atenta ao poder central e, por seu turno, o poder central lhe dava atenção.

É, pois, nesse contexto que se deve continuar a encarar a investigação arqueológica sobre a época romana a desenvolver na região, na certeza de que muito haverá ainda a descobrir.